

Sarney critica a Constituinte e vê desastre no parlamentarismo

Nélio Rodrigues

O presidente José Sarney fez ontem ásperas críticas à Assembléia Nacional Constituinte por ter se limitado a discutir o período de mandato presidencial e o sistema de governo, enquanto problemas mais relevantes foram deixados para segundo plano. Ao desembarcar em Brasília às 13h00 de volta da viagem ao Nordeste, Sarney aproveitou para advertir que "a adoção do sistema parlamentarista é uma decisão que pode trazer graves consequências para o País". Reiterando sua convicção pelo presidencialismo (o sistema de governo será votado hoje pela Comissão de Sistematização da Constituinte), Sarney fez um prognóstico sombrio para o País, caso a emenda parlamentarista seja aprovada. "Será um desastre".

Sarney desembarcou saudando a decisão, tomada poucas horas antes, do diretório nacional do PFL de continuar apoiando o seu Governo. "É uma decisão que vem ajudar a consolidar o processo político para uma transição pacífica, porque o Governo precisa de uma maioria parlamentar, precisa realmente que tenha tranquilidade na área política, de modo que possa concluir seu programa", afirmou.

"Um País como o Brasil não pode deixar de ter um sistema presidencialista" — comentou o Presidente, complementando: "Nós não temos uma máquina administrativa selecionada por mérito e ainda não temos partidos políticos consolidados". Ele disse, ainda, acreditar que, "algum dia, a democracia brasileira possa oferecer condições favoráveis a um sistema parlamentarista". Sarney não precisou quando seria esse dia, mas fez questão de frisar que não faz a apologia do presidencialismo apenas no interesse de seu próprio mandato.

"Eu lamento que, de certo modo, todo o debate sobre a Constituição tenha se limitado ao período de mandato e ao sistema de governo, quando o País tem problemas imensos, que poderiam ser discutidos, dissecados, analisados e encontradas soluções" — afirmou o Presidente.

Sarney admitiu ser "muito difícil" fazer uma previsão sobre a votação do sistema de governo na Constituinte. "Este tem sido um debate muito vivo. De maneira que é difícil fazer-se uma previsão, uma vez que é um problema de consciência, de convicção".

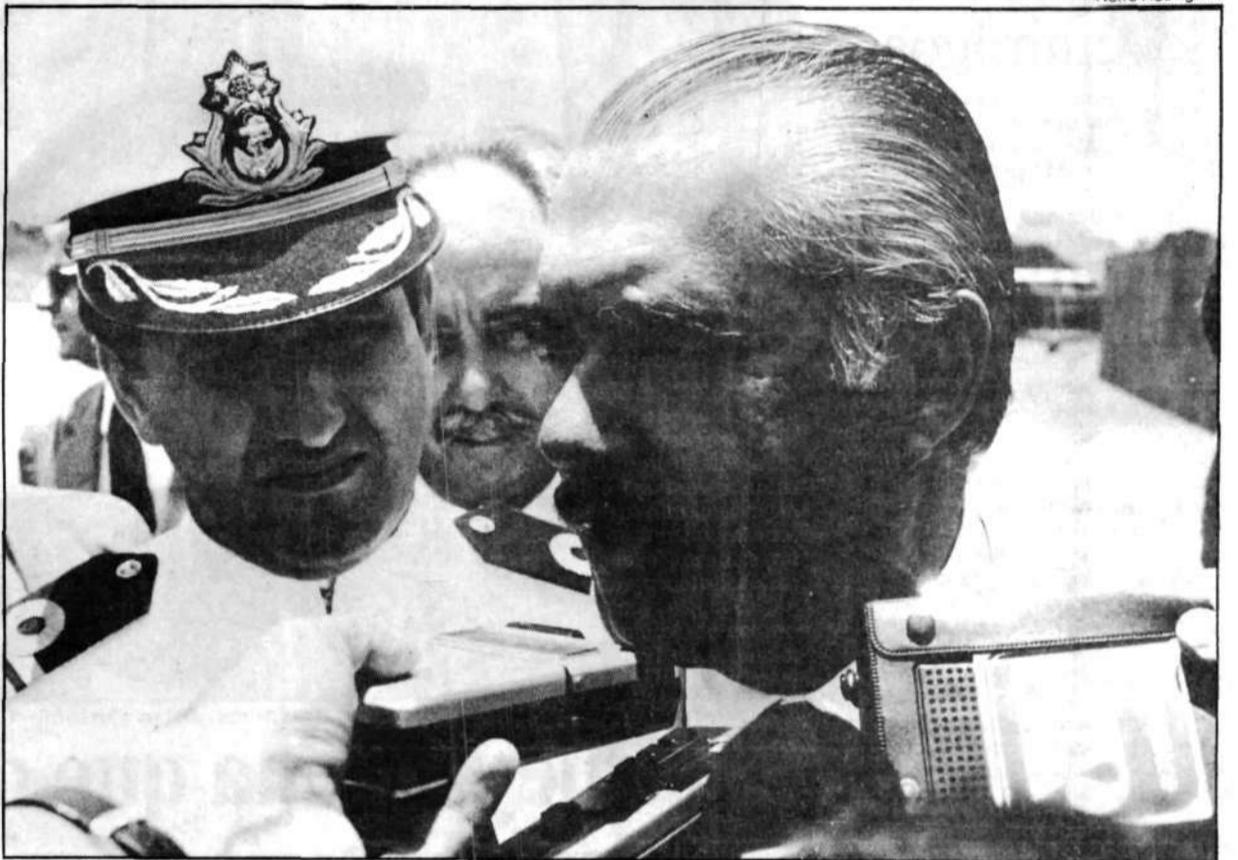
Apesar das críticas, o Presidente acha possível os constituintes recuperarem temas que representam os interesses maiores da sociedade. A limitação dos temas, repetiu ele, mais do que uma simples crítica, é a construção de uma realidade.

Ao desembarcar na Base Aérea de Brasília, o Presidente foi recebido pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que quis ser o primeiro membro do PFL a dar a notícia da adesão do partido ao pacto político. Os dois se reuniram durante alguns minutos na companhia do chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes.

Quércia quer enfraquecer "diretas 88"

São Paulo — Diante do crescimento do movimento por eleições diretas para presidente da República em 1988, o governador Orestes Quércia deverá se reunir neste fim de semana, em São Paulo, com o ministro Bresser Pereira, da Fazenda. Esse encontro tem como objetivo fortalecer a política econômica do Governo Federal e o próprio ministro e, ao mesmo tempo, enfraquecer os movimentos registrados contra o Governo Federal e que acabam aumentando as pressões por diretas em 1988. O governador Orestes Quércia não admite, em nenhum momento, preocupação com a situação econômica e política do País, embora reconheça que o Brasil enfrenta dificuldades que podem ser superadas a partir da união de todos os brasileiros em torno do presidente José Sarney.

No entanto, no Palácio dos Bandeirantes, é clara a preocupação dos principais assessores do governador com a situação político-econômica, que vem sendo criticada por todos os setores da economia. A preocupação no palácio é a de que as dificuldades aumentem, prejudicando ainda mais a imagem do presidente Sarney.



Para Sarney, Constituinte se limitou a discutir mandato e sistema abandonando questões de relevo

Ulysses propõe ao Presidente 5 anos com novo sistema em 89

Convencido de que a tendência pró-parlamentarista na Constituinte é irreversível, o deputado Ulysses Guimarães está propondo um entendimento com o Planalto, assegurando um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney com a mudança do sistema de governo no início de 1989.

Sarney ainda não aceitou o acordo, insistindo até o momento em governar cinco anos, com plenos poderes. O senador José Richa, após se reunir com o ministro Aureliano Chaves e receber em seu gabinete os líderes Fernando Henrique Cardoso e Euclides Scalco e o deputado Ulysses Guimarães, assegurou que, sem acordo, a tendência predominante na Comissão de Sistematização é a de aprovar um mandato de quatro anos para Sarney com a adoção do parlamentarismo.

O deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo, tentou, sem sucesso, adiar a votação do sistema de governo, prevista para as próximas horas, para a semana que vem. Outra proposta de Sant'Anna mal-sucedida, apesar do apoio de Ulysses, foi a de antecipar a votação do mandato de Sarney. O esquema político do Governo acredita que agora teria êxito em sua luta para garantir cinco anos de mandato,

enquanto, daqui a um mês, quando está prevista a votação das disposições transitórias, a situação poderá estar pior. Os líderes do PMDB não aceitaram a proposta. E Richa advertiu que a votação agora, do mandato, daria quatro anos.

Crescimento

O senador Fernando Henrique Cardoso lembrou que a proposta feita por Ulysses não é nova: ele mesmo a fez antes de Sarney decidir radicalizar, bancando, sem um entendimento prévio, sua intenção de governar cinco anos com plenos poderes. Mas, avalia Fernando Henrique, a situação agora mudou muito, principalmente no PFL, enfraquecendo a perspectiva de um entendimento: «O que de fato cresceu é a proposta de um mandato de quatro anos».

Em entrevista, Richa comentou que há alguns meses tenta sem sucesso promover o entendimento entre a Constituinte e o Planalto: «Não deu certo. Chegou a hora da definição, por isto decidi apoiar o mandato de quatro anos como uma forma de evitar o agravamento da crise política, colocando em risco a transição democrática». Richa revelou que, em várias conversas, expôs a Sarney e a «outros importantes personagens políticos» que, sem acordo, votaria em quatro

anos.

Richa e Aureliano concordaram que a crise política é séria e defendem o encurtamento do processo de transição. No PFL, isto é interpretado como uma opção ainda não explícita de Aureliano pelos quatro anos. No PMDB, também. O deputado Fernando Lyra, por exemplo, diz que se a ação do PFL corresponder a seu novo discurso só há duas saídas: o partido apoiar a realização de eleições gerais em 88 ou, então, o pleito apenas para a Presidência da República.

Enfraquecido

Na Constituinte parece ter se consolidado nas últimas horas uma clara tendência, independentemente das posições em relação ao sistema de governo: o presidente José Sarney só governará durante o ano de 1988. Com ou sem eleições presidenciais em novembro do ano que vem, ele não comandará o governo em 89. E sim um primeiro-ministro. Ou, se houver uma reversão da predominância parlamentarista, o presidencialismo será mantido com um mandato de quatro anos para Sarney. Apesar do apoio formal do PMDB e do PFL, o presidente saiu politicamente enfraquecido da crise que implodiu a Aliança Democrática.

Líder quer votação na terça

O líder do Governo, deputado Carlos Ant'Anna, disse que não pretende obstruir o processo de votação sobre a matéria sistema de governo, mas considerou ser mais conveniente que a Comissão de Sistematização aprecie o assunto na próxima terça-feira, já que presente uma tendência para o esvaziamento da Comissão neste final de semana. Mas concordou que esta tática irá permitir "um ganho de tempo precioso para uma maior mobilização em cima da tese presidencialista". Mesmo assim a votação da matéria será na sessão de hoje.

A estratégia de obstrução do processo de votação articulada pelos conservadores foi levantada ontem, no plenário, pelos líderes do PT e PDT, respectivamente deputado Luis Inácio "Lula" da Silva e Brandão Monteiro. Sant'Anna considerou um absurdo, já que esta tática normal no processo parlamentar "nada vale nesta fase, pois se o título e capítulo não conseguirem ser apreciados, o texto do relator será mantido, e isto nós não queremos", disse.

Nas contas do líder do Governo, o fiel na balança ainda continua sendo os votos do PFL. "Se conseguirmos entre 16 e 18 votos dos 24 do PFL, o presidencialismo ganhará pela margem mínima de diferença". Satisfeito com a recente decisão do PFL continuar apoiando o Governo, Sant'Anna acredita que esta postura poderá contribuir, segundo ele, decisivamente, para a conquista dos



Sant'Anna dialoga com Arinos "poucos votos que nos faltam para a vitória".

Dispositivos

A grande preocupação, ontem, do líder do Governo recaía sobre alguns dispositivos que estavam sendo votados no capítulo do poder legislativo, e que traziam referências ao sistema parlamentarista. Em questão de ordem levantada, Sant'Anna recebeu a garantia da Mesa de que, após a definição do sistema de governo, estes dispositivos serão adequados de acordo com o resultado final da votação, seja ela, presidencialista ou parlamentarista.

SOS Recife

Recife — Cansado de se deslocar até Brasília na tentativa de conseguir a liberação de Cz\$ 250 milhões destinados à prefeitura do Recife, o prefeito Jarbas Vasconcelos solicitou à bancada federal do PMDB e ao presidente do partido, Ulysses Guimarães, para intercederem junto às autoridades da área econômica. A verba é parte de um pleito encaminhado há mais de 60 dias e deveria estar sendo aplicada em obras de custeio.

TFP opina

O presidente da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), Plínio Correa de Oliveira, propôs que os constituintes votem imediatamente uma Constituição disposta sobre a organização política do País que seria submetida a um referendun popular para conseguir o consenso claro de toda a Nação.

Para evitar o que considera "uma Carta Magna contrária a que a maioria da população deseja", Plínio Correa propõe ainda que a parte sócio-econômica seria deixada para outra assembléia a ser eleita daqui a três anos e que seria submetida, também, a um plebiscito.